

3º REGIMENTO DE CARROS DE COMBATE

Estudo Técnico Preliminar 16/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 65259.001496/2026-08

2. Descrição da necessidade

2.1. OBJETO E JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa à aquisição de **materiais permanentes de rancho** para atender às necessidades do Setor de Aprovisionamento do 3º Regimento de Carros de Combate (3º RCC), sediado em Ponta Grossa – PR. A Unidade dispõe de um efetivo de aproximadamente 500 militares, realizando o preparo e a distribuição de cerca de 800 refeições diárias.

2.2. DA MOTIVAÇÃO E INTERESSE PÚBLICO

A necessidade de aquisição fundamenta-se nos seguintes pontos:

- **Continuidade do Serviço:** O uso intensivo e rotineiro dos utensílios acarreta o desgaste natural e a obsolescência do acervo atual, tornando indispensável a reposição para garantir a operacionalidade da cozinha industrial da Organização Militar (OM).
- **Segurança Alimentar e Higiene:** A renovação do material é imprescindível para o cumprimento das normas de vigilância sanitária e das diretrizes do **Programa de Auditoria em Segurança Alimentar (PASA)**, assegurando a integridade física e a saúde dos manipuladores e usuários.
- **Eficiência Administrativa:** A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza frequente da demanda e pela impossibilidade de definir, com exatidão, o cronograma de exaustão de todos os itens, permitindo aquisições parceladas conforme a disponibilidade orçamentária e a necessidade fática do Regimento.

2.3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, ratifica-se a necessidade de aquisição dos itens elencados neste instrumento, visando substituir materiais inservíveis e dotar o Setor de Aprovisionamento de equipamentos adequados às exigências de preparo em larga escala e aos padrões de higiene vigentes.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Setor de Aprovisionamento	AHMED JURICH

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento ora contratado, tais como fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes do objeto e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo contratante;

Reparar ou indenizar, dentro do prazo estipulado pela autoridade competente, todas e quaisquer avarias ou danos causados aos bens do contratante, ou de terceiros, decorrentes de ação ou omissão de seus empregados e fornecedores;

Providenciar para que seus empregados cumpram as normas internas relativas à segurança do contratante;

Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação definida neste Estudo Técnico Preliminar, sem prévia anuência do Contratante. Caso ocorra a subcontratação, mesmo que autorizada pelo Contratante, este não se responsabilizará por qualquer obrigação ou encargo do subcontratado.

Os materiais em aço inox 304 serão priorizados devido à sua excelente resistência à corrosão, alta durabilidade e facilidade de limpeza e atender às normas técnicas nacionais, como as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), normas de higiene e segurança alimentar no Brasil. As Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) da ANVISA, como a RDC 216/2004, estabelecem as Boas Práticas para Serviços de Alimentação, incluindo requisitos para equipamentos e utensílios.

CRITÉRIOS DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

As aquisições da Administração Pública devem contemplar os critérios da sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento a Constituição Federal, inciso IV do art. 11 da Lei Federal 14.133/2021, promoção do desenvolvimento nacional sustentável, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes. Essa opção atende ao Princípio da seleção da proposta mais vantajosa, desde que observadas a razoabilidade e a proporcionalidade. Nessa medida, a Lei nº 12.187, de 29 de novembro de 2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima adotou o uso do poder de compra do Estado como um importante instrumento para implementar a política de mudanças climáticas (art. 6º, inciso XII). Ademais, nos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 2/8/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, merecendo especial destaque os seus artigos 5º, 6º e 7º. Nessa toada, o art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, estabeleceu que: As especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas; Que seja feita a separação dos resíduos recicláveis, descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, Autárquica e Fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3/11/1995 e do Decreto nº 5.940, de 25/10/2006; Que sejam respeitadas as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e:

Por fim, evidencia que a contratação em questão deve atender em sua totalidade os requisitos aqui apresentados, fazendo cobrar da contratada as legalidades presentes quanto aos critérios de sustentabilidade ambiental. O licitante deve ter pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Para o correto cumprimento da contratação, o fornecedor deverá ter pleno conhecimento das condições necessárias para a participação no processo licitatório e atender integralmente aos requisitos previstos no Termo de Referência.

Os equipamentos de cozinha, apesar de serem essenciais para o preparo de alimentos, podem gerar impactos ambientais significativos. No entanto, é possível minimizar esses impactos através da escolha de equipamentos eficientes, da adoção de práticas sustentáveis e do descarte correto dos equipamentos. Serão adotadas as seguintes medidas, para contribuir a preservação do meio ambiente e para um futuro mais sustentável.

Equipamentos eficientes: Equipamentos com selo de eficiência energética, que consomem menos energia e têm menor impacto ambiental.

Descarte correto: Descartar os equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos em locais adequados para reciclagem, evitando o descarte em lixões.

Consumo consciente: Reduzir o consumo de água e energia durante o uso dos equipamentos.

Utilização de materiais reciclados: Optar por equipamentos fabricados com materiais reciclados ou que possam ser reciclados no futuro.

Aquisição de equipamentos duráveis: Investir em equipamentos de alta qualidade que tenham uma vida útil mais longa.

5. Levantamento de Mercado

Os materiais indicados neste processo licitatório devem atender os requisitos da necessidade descrita no termo de referência. Foram observados os aspectos de viabilidade, mercadológica, economicidade, durabilidade, eficácia, eficiência e padronização. Tendo como prioridade a alta durabilidade e resistência, além de facilitar a higienização diária.

Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito a qualidade dos produtos e prazo de entrega.

6. Descrição da solução como um todo

O objeto da licitação tem a natureza de bens comuns, e se enquadra em materiais permanentes; A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. O critério de julgamento adotado será o por item, observadas as exigências contidas neste estudo preliminar e no termo de referência quanto às especificações do objeto. O presente instrumento observa todos os preceitos legais referentes ao as normas técnicas e critérios de sustentabilidade.

O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias, contados da solicitação realizada pelo emissor da Nota de Empenho, no endereço do emissor da Nota de Empenho;

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, conforme Termo de Referência;

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência;

O prazo de vigência da IRP é de 12 (doze) meses;

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme art. 18, parágrafos 1º e 2º, da Lei 14.133, os quantitativos para atender as necessidades serão baseados nas informações apresentadas pela UASG Gerenciadora e as demais participantes por meio de um estudo técnico detalhado analisar as demandas da administração, o mercado e as normas técnicas aplicáveis e com profissionais da área para auxiliar na definição das quantidades.

.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 245.735,23

Estima-se para aquisição do objeto deste Estudo Técnico Preliminar, o valor total de **R\$ 245.735,23** (duzentos e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e três centavos).

Conforme Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/21, a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, do relatório de material carga anexo a este Estudo técnico preliminar, dos documentos que lhe dão suporte, será realizada pela Equipe de Planejamento por meio do Relatório de Pesquisa de Preço, juntado aos autos do processo. A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos parâmetros determinados pela Instrução Normativa nº 65-SEGES/ME, de 07 de julho de 2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse. O critério de julgamento adotado será o **menor preço** do item, observadas as exigências contidas neste estudo preliminar e no termo de referência quanto às especificações do objeto. As aquisições serão realizadas de acordo com os recursos orçamentários disponíveis; Desta forma, a administração consegue obter menores preços para cada um dos itens, acarretando uma economia de recursos para a União.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessário.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente demanda encontra-se devidamente alinhada ao planejamento estratégico e operacional do 3º **Regimento de Carros de Combate**, estando expressamente prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA)** vigente.

A aquisição guarda estrita consonância com as metas de manutenção da infraestrutura logística e de saúde da Unidade, garantindo que os recursos orçamentários sejam aplicados de forma racional para assegurar a continuidade das atividades de abastecimento. Portanto, a contratação é coerente com o planejamento institucional, visando o atendimento das necessidades habituais e o cumprimento das diretrizes de segurança alimentar previstas para o exercício.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição de materiais permanentes de cozinha industrial, realizada de forma estratégica e com base neste Estudo Técnico Preliminar, oferece uma série de benefícios para o 3º Regimento de Carros de Combate, tais como:

Otimização da Produção

- **Eficiência:** Equipamentos e utensílios adequados agilizam os processos, aumentando a produtividade da cozinha.
- **Qualidade:** Materiais de alta qualidade garantem resultados consistentes e pratos mais saborosos.
- **Redução de desperdícios:** Equipamentos eficientes minimizam o desperdício de alimentos e energia.

Melhoria da Higiene e Segurança Alimentar

- **Materiais Inox:** O aço inoxidável é fácil de limpar e higienizar, reduzindo o risco de contaminação.
- **Conformidade com normas:** Equipamentos que atendem às normas da ANVISA garantem a segurança alimentar.
- **Prevenção de acidentes:** Equipamentos seguros e bem instalados reduzem o risco de acidentes de trabalho.

Durabilidade e Economia

- **Vida útil prolongada:** Materiais de alta qualidade têm maior durabilidade, reduzindo custos com substituições.
- **Redução de custos operacionais:** Equipamentos eficientes economizam energia e água.

Atender as demandas de apoio recebidas durante o ano;

Serão permitidos a participação de OM's como participantes deste processo;

Serão permitidas adesões a ata de registro de preço, conforme previsto em Decreto nº 9.488/2018, Art.22:

Fica condicionada à realização de estudo, pelos órgãos e pelas entidades que pretendem a “carona”, demonstrando o ganho de eficiência, a viabilidade e a economicidade para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços; podendo exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata do órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Esta IRP visa a atender a Guarnição de Ponta Grossa que participam da GCALC, desta forma, como serão realizadas de forma conjunta, gera economicidade nas compras por parte da União.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessária a busca de providências a serem adotadas pela Administração, para fins de capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, pois os itens não exigem nenhuma medida adicional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os materiais a serem adquiridos deverão estar dentro dos critérios e práticas de sustentabilidade, tendo em vista a particularidade de cada produto. Desta forma, deverá ser incluído no Edital como obrigação a contratada os critérios e práticas de sustentabilidade do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, sem prejuízo as demais normas incidentes sobre o tema.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme inciso XIII, paragrafo 1º, Art. 18 da Lei 14.133/21, a contratação, objeto deste documento, atende as necessidades da administração, por ser tecnicamente e economicamente vantajoso, para suprir as necessidades do Setor de Aprovisionamento do 3º Regimento de Carros de Combate, suas Organizações Militares do GCALC da 5ª Brigada de Cavalaria Blindada, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, viável art 9º da IN 58 de 8 de/ME.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

AHMED JURICH

Chefe da Equipe de Planejamento

MYRELA DIAS DE SA E SILVA

Membro da Equipe de Planejamento